

## NOVO CORREGEDOR-GERAL

# Mais rapidez em processos abertos contra servidores

**Sócrates de Souza quer analisar decisões judiciais que travam investigações internas**

LEANDRO NOSSA  
lnossa@redgazeta.com.br

O novo corregedor-geral do Estado, o promotor Sócrates de Souza, foi empossado ontem e prometeu rapidez nos processos administrativos que investigam a conduta dos servidores estaduais. Para isso, o corregedor-geral quer analisar decisões judiciais que travam o andamento das investigações internas da Corregedoria.

"Conversei com a corregedora que deixa a função e ela disse que muitos procedimentos têm o andamento suspenso por decisões judiciais. O funcionário chega à comissão processante, mas percebe que terá um desfecho desfavorável e busca a suspensão desse processo. A decisão judicial demora e o processo fica paralisado. Va-

mos conhecer essas decisões e trabalhar junto com a Procuradoria para restabelecer o curso normal dos processos", explicou em entrevista à Rádio CBN Vitória.

De acordo com Sócrates de Souza, há cerca de 20 procedimentos administrativos em andamento na Corregedoria do Estado. A maioria diz respeito a denúncias de funcionários que acumulam funções. Além de buscar acelerar esses processos, o combate à corrupção dentro da estrutura do Estado será a prioridade.

## CARTILHA

Após analisar os processos em andamento, ele quer desenvolver uma espécie de cartilha única para todas as corregedorias do Estado, já que outras estruturas, como a Secretaria de Justiça, por exemplo, têm seu próprio órgão de fiscalização.

Para assumir o cargo, Sócrates de Souza se licenciou



Segundo Sócrates de Souza, há cerca de 20 processos tramitando na Corregedoria

de suas atividades como procurador do Ministério Público do Estado (MPES), assim como ocorreu com o secretário de Controle e Transparência, Marcelo Zenkner, que exercia a fun-

ção de promotor do MPES. A Corregedoria do Estado é ligada a essa pasta.

## DIÁLOGO

Em discurso durante a cerimônia de posse, o governa-

dor Paulo Hartung (PMDB) informou que quer se reunir com todos os fornecedores do governo e com os servidores públicos que lidam diretamente com a área de contratos para falar sobre o

## TRAMITAÇÃO

"Minha ideia é concluir todos os procedimentos administrativos que estão em andamento imediatamente. Essa é a primeira meta"

**SÓCRATES DE SOUZA**  
CORREGEDOR-GERAL DO ESTADO

combate à corrupção.

"A gente poderia, nas próximas semanas, mais estruturados, convidar todos os fornecedores do Estado, de todas as áreas, e apresentar os fundamentos da Lei Anticorrupção. Da mesma forma, vamos chamar todos os funcionários que têm uma interface com a contratação e compras e capacitá-los", afirmou o governador.

Segundo o secretário de Controle e Transparência, Marcelo Zenkner, o encontro será organizado para as próximas semanas. "Se vamos impor às empresas um comportamento voltado para a integridade, a máquina pública tem que funcionar sem máculas e de modo extremamente profissional", disse Zenkner.

## DESCUMPRIMENTO DA LEI

## 14 prefeituras podem ter as contas rejeitadas

O Ministério Público de Contas quer a rejeição das contas de 14 prefeituras do Estado referentes ao ano de 2012. O motivo é o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto a despesas feitas nos últimos meses de mandato sem deixar re-

ursos suficientes em caixa para o pagamento no exercício seguinte.

As prefeituras que receberam parecer pela rejeição das contas de 2012 são: Apiaçá, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Divino de São Lourenço, Ibatiba, Ibitiraçu, Irupui, Iúna, Ja-

guaré, Nova Venécia, Pontal, Belo, Sooretama, Viana e Vila Velha.

A responsabilidade pelos atos da administração recai sobre quem era prefeito na época do exercício em questão.

De acordo com dados dos processos de presta-

ção de contas dos municípios citados, a maior despesa sem cobertura foi deixada pelo então prefeito de Vila Velha Neucimar Fraga (PSD): R\$ 65.209.122,51.

Já a menor despesa foi do prefeito de Divino de São Lourenço, Miguel

Lourenço da Costa (PMDB), o Miguelzinho Caçapa: R\$ 153.157,85.

## TRÂMITE

Os conselheiros relatores dos casos ainda vão analisar os pareceres do MP de Contas e levar os processos à votação no

Tribunal de Contas do Estado (TCES).

Caberá ao tribunal emitir parecer pela rejeição ou pela aprovação das contas das prefeituras. Esses pareceres ainda serão enviados às Câmaras Municipais. Somente os vereadores, em votação em plenário, podem decidir rejeitar ou aprovar as contas de um prefeito ou ex-prefeito.

## SESSÃO TUMULTUADA

## Por 12 votos, Câmara da Serra derruba CPI do Pó Preto

**Majoria dos vereadores se opôs à abertura de nova investigação; apoladores protestaram**

RONDINELLI TOMAZELLI  
rtomazelli@redgazeta.com.br

Numa agitada sessão na última quarta-feira, a maioria dos vereadores da Serra derrubou o projeto que abria a CPI do Pó Preto no Legislativo municipal. Já há uma Comissão Parlamentar de Inquérito em Vitória, criada a reboque da iniciativa da Assembleia Legislativa - to-

mada após anos de poluição atmosférica metropolitana.

A CPI foi rejeitada por 12 votos, contra oito favoráveis, mas o sepultamento da investigação sobre o pó emitido nas operações das empresas Vale e ArcelorMittal foi chamado de "cachorrada" pelo proponente da CPI, Nacib Haddad (PDT).

"É vergonhoso, é contra todo o povo da Serra que sofre com a poluição. A Casa não pode deixar de enfrentar a situação", protestou, também, segundo



Nacib Haddad é o proponente da CPI na Câmara da Serra

diz o site da Câmara. Para Haddad, um crítico dos impactos das partículas na saúde e no meio ambiente,

houve ingerência externa sobre a votação. "Vou provar que houve uma manobra para evitar a CPI."

Líder do bloco contrário à instalação da comissão, Guto Lorenzoni (PP) transferiu a prerrogativa à apuração em curso na Assembleia: "Essa Casa é um Parlamento, lugar de falar. Não vamos aprovar projetos sem discussão", argumentou.

Após reunião fechada com a presidente Neidia Pimentel (sem partido), a sessão foi suspensa na tentativa de acordo, mas desistiu-se de adiar a votação. Neidia estudou caminhos regimentais para retomar a CPI no futuro.

Votaram contra a CPI: Guto, Marcos Tongo (SDD), Jorjão Luiz da Silva (SDD), Cezar Nunes (SDD), Luiz Carlos Moreira (PMDB), Rodrigo Caldeira (SDD), José Raimundo (PSL), Alexandre Xambinho (PTdoB), Miguel da Policlínica (PTC), Ricardo Fonseca (PRB), Tio Paulinho (PV) e Toninho Silva (DEM). Jorjão mora perto da Arcelor, mas negou problema em adiar a CPI. Segundo Tongo, a poluição já tem décadas e a pressão "não vai mudar nada".